

A TEORIA DA DEPENDENCIA E
A DESCOBERTA DO SISTEMA
MUNDO.

Theotonio Dos Santos

Para situar corretamente a relação entre a teoria da dependencia e a teoria do sistema mundo devemos destacar em primeira lugar a obra de Fernand Braudel que vai se projetar nas décadas de 60 e 70 como um dos principais teóricos do sistema econômico mundial, com o seu livro Civilização Material - Economia e Capitalismo. Essa tradição pode ser colocada como independente do marxismo, às vezes até crítica dele, mas construída em grande parte no debate com ele, na relação com ele e com suas distintas formas: a crítica ao sectarismo em geral, envolvendo os críticos do stalinismo, crítica feita por trotskistas, luxemburguistas, etc., e as críticas ao marxismo no seu conjunto. Este quadro reafirma a idéia de que é preciso construir um modelo de análise teórica da realidade econômica, social e política, em que o fenômeno da economia mundial esteja presente e seja mesmo um antecedente dialético da idéia de economias nacionais.

No mundo anglo-saxão, encontramos também uma corrente de pensamento chamada institucionalista, ou seja, economistas que davam especial importância ao papel das instituições na formação e no funcionamento dos fenômenos econômicos. Nesta corrente, há realmente uma tradição teórica que devemos considerar como antecedente importante de uma visão alternativa ao esquema restrito da economia neoclássica a que fizemos referência em vários trabalhos anteriores (1). Hobson, por exemplo, se dedicou ao estudo do imperialismo como uma manifestação política e econômica do desenvolvimento do capitalismo no fim do século XIX. Seus estudos sobre monopólio são também de extremo interesse para a compreensão dos sistemas econômicos contemporâneos, particularmente o sistema capitalista. Thorton Veblen desenvolveu a problemática do monopólio e buscou compreender a evolução oligárquica da burguesia no seu estudo sobre as classes ociosas.

Faz-se necessário também um destaque especial à obra de Schumpeter. Ele se formou intelectualmente no contexto teórico do império austro-húngaro, onde o marxismo como ciência e como movimento político seguiu um caminho muito especial que deu origem ao austro-marxismo. O austro-marxismo incluiria autores como Hilferding, que vai seguir um caminho de análise própria depois de sua grande obra, Capital Financeiro, para chegar à teoria do capitalismo orgânico, capaz de superar as crises. A influência da obra de Kautski também vai conduzir a uma visão do imperialismo. Ele imaginava uma economia mundial única em torno de um sistema empresarial unificado onde as contradições interburguesas desapareceriam (ou pelo menos seriam amortizadas) podendo-se, portanto, pensar a formação, ainda dentro do capitalismo, de um sistema planetário. Esta tese foi extremamente combatida por Lenin e por Bukarin, e perdeu sua força quando as duas grandes guerras mundiais deste século mostraram que as lutas intercapitalistas ainda eram um elemento fundamental no funcionamento da economia mundial.

A tradição austro-húngara no campo da economia mundial tem uma referência fundamental em Sombart. Apesar de suas inclinações socialistas, Sombart não era um marxista e foi o provável autor da expressão "capitalismo". Ele via a formação do sistema capitalista como um processo de caráter internacional situando, portanto, sua análise nesse plano mais global. Não podemos dizer que o grande pensador alemão, Max Weber, estivesse inscrito nessa tradição teórica. Apesar de sua inspiração anti-historicista, é indubitável que em seu livro Economia e Sociedade, o capitalismo seja visto como um sistema de caráter mundial em expansão. Ele definiu como elementos centrais deste tipo ideal puro que seria o moderno capitalismo, os mecanismos da racionalidade e da burocratização. Queira-se ou não, estes processos terminam sendo identificados como os mecanismos da evolução da sociedade industrial moderna.

Apesar da obra de Weber não ter tido muita repercussão na imaginação dos economistas e mais sobre os sociólogos e cientistas políticos, é inegável que ela tinha um forte conteúdo de análise econômica. Tanto que influencia muito a obra de Schumpeter, que se impõe ser considerada mais propriamente econômica. No seu Teoria do Desenvolvimento Econômico (1911); nas suas pesquisas sobre o ciclo econômico (1939); nos seus ensaios sobre Capitalismo, Socialismo e Democracia (1942); assim como no seu tratado sobre a evolução da análise econômica (1954); ou ainda nos seus ensaios sobre o capitalismo no pós-guerra e o socialismo (1991), Schumpeter restaura de maneira magnífica um inquérito econômico onde os processos globais e os sistemas econômicos precedem teoricamente as realidades nacionais e os fenômenos macro e micro econômicos.

Esta atitude teórica levou-o a escrever seu ensaio sobre classe social e imperialismo e se revela em várias afirmações metodológicas que distila em toda a sua obra. Ele afirma a necessidade de integrar a análise dos fenômenos "puramente" econômicos como valor, preço e moeda com o estudo das instituições parte econômicas e parte sociais como a propriedade, a herança e a família. Para isto seria necessário algo mais do que a economia convencional, uma espécie de sociologia econômica que realizaria "uma teoria das instituições econômicas basicamente dentro da teoria econômica".

Ao analisar os ciclos econômicos ele audazmente incluiu os ciclos longos de Kondratiev insistindo no conteúdo histórico da análise do ciclo e da economia:

"A história geral (social, política e cultural), a história econômica e particularmente a história industrial são não somente indispensáveis mas na verdade são as contribuições mais importantes para a compreensão do nosso

problema. Todos os outros materiais e métodos, estatísticos ou teóricos, são somente subservientes a elas e mais do que inúteis sem elas" (1939, p. 13, apud 1991, p. 56).

Desta forma Schumpeter dá continuidade a uma tradição teórica que resgata com grande seriedade a visão do capitalismo como fenômeno internacional, o seu caráter cíclico e a sua relação com o novo sistema emergente, o socialismo, ademais de integrar também alguns elementos essenciais para a compreensão do capitalismo como um sistema que se desenrola no contexto de um sistema colonial e neocolonial.

Se somarmos todas estas contribuições poderíamos afirmar que, na década de 60, várias direções das ciências sociais apontavam para uma teoria do sistema econômico mundial nos países centrais. Mas o nosso balanço não estaria completo se não assinalássemos que a teoria econômica desenvolvida nos países centrais começava a receber o desafio de uma teoria econômica que absorvia a experiência histórica, social, econômica e política dos países que tinham sido objeto da expansão do sistema capitalismo mundial. Podemos dizer que vai se formar, paralelamente a essas tradições já assinaladas, uma outra que conduziu ao conceito de centro e periferia, do intercâmbio desigual e à teoria de dependência. Estes enfoques trouxeram uma forte energia renovadora para o pensamento econômico e provocaram uma questionamento muito mais profundo do que o de uma simples ampliação temática.

São muitos os testemunhos neste sentido. Referindo-se à teoria da dependência, cujas raízes ele situa na teoria do desenvolvimento elaborada pela CEPAL e no neomarxismo, Björn Hettne (1982), que se tornou um dos mais autorizados historiadores da teoria do desenvolvimento, afirma que a teoria da dependência pode ser vista como um novo paradigma. "Desde que esta perspectiva geral seja aceita, muitos dos enfoques nas ciências sociais, tais como os modelos de crescimento, variáveis padrão e modernização política perdem drasticamente relevância." Em comparação com o endogenismo do paradigma da modernização, o enfoque global no contexto mundial da dependência aparecem mesmo como antíteses. "Ela pode ser vista, pois, como um novo ponto de partida mas do que uma nova teoria." Depois de identificar a Fernando Henrique Cardoso como mais próximo do marxismo clássico, Hettne afirma: "Por outro lado, Frank, Dos Santos e Marini fazem uma séria tentativa de construir uma tradição teórica mais independente." Enquanto Sunkel, Paz e Pinto são apresentados como seguidores da tradição da CEPAL.

Feito isto, Hettne afirma muito taxativamente:

"Estas idéias, que emergiram tão claramente da realidade empírica latino-americana, constituem o mais formidável desafio que os conceitos Eurocêtricos e as teorias do desenvolvimento jamais enfrentaram, e foram recebidas com entusiasmo pelos círculos intelectuais do Terceiro Mundo. Elas tiveram também um forte impacto em acadêmicos ocidentais que trabalham neste campo (notadamente André Gunder Frank) e, logo após serem reformuladas, começaram a conquistar a comunidade acadêmica ocidental dos 60s para diante."

Esta análise de Hettne é confirmada por testemunhos em várias regiões do mundo. Gostaria de citar somente a percepção de um coreano do sul (So, 1990), como exemplo situado num contexto totalmente diferente:

"Assim como pode-se dizer que a escola da modernização examina o desenvolvimento do ponto de vista dos Estados Unidos e outros países ocidentais, pode-se dizer que a escola da dependência vê o desenvolvimento de uma perspectiva do Terceiro Mundo (...) A escola da dependência recebeu uma recepção calorosa nos Estados Unidos no fim dos anos 60 porque ela ressoou nos sentimentos de uma nova geração de jovens pesquisadores radicais que cresceram durante as revoltas dos campi, os protestos contra a guerra, as atividades de libertação feminina e as rebeliões nos guetos deste período."(2)

Por fim, gostaria de evocar o autorizado testemunho de Celso Furtado (1991) sobre sua percepção desta realidade no Centro de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Princeton, um dos esteios da visão conservadora nos *campi* americanos. Ele caracteriza assim esta confrontação radical:

"Mas a verdade é que ninguém se atrevia a afastar-se do paradigma dominante, temendo uma inevitável desqualificação acadêmica. Até então não me apercebera do verdadeiro terrorismo que exerce na economia a escola do pensamento dominante. Trabalhar fora do paradigma do equilíbrio geral era autodesqualificar-se. Aqueles que tentavam recuperar o conceito clássico de *excedente* deviam aceitar a etiqueta de marxista, com as implicações que isto trazia, porquanto o marxismo não era tido como uma forma de conhecimento científico. (...) Quando eu dizia que a

problemática do subdesenvolvimento requer uma teorização autônoma, que subdesenvolvimento não é uma 'etapa' e sim uma configuração que se reproduz a distintos níveis do crescimento, o ceticismo era a regra."

Mas indubitavelmente uma das obras culminantes desse esforço de pensar o mundo do ponto de vista dos países dependentes e colonizados, dentro de um sistema econômico mundial, é a de Raul Prebisch.

O pensamento de Raúl Prebisch alcança seu momento mais elevado na sua obra sobre o capitalismo periférico, na qual reconhece as contribuições da teoria da dependência para uma visão científica do capitalismo periférico. Trata-se de um grande passo na sua evolução teórica. Contudo, para podermos apreciar corretamente a dimensão desta contribuição devemos situá-la no contexto de um estudo mais amplo sobre a formação do conceito de economia mundo e de sistema mundial

Em 1949, no seu primeiro Informe para a Comissão Econômica para a América Latina, Prebisch (1990) ensaia uma tentativa sistemática de interpretação das razões do atraso econômico da América Latina, que ele localizava então no intercâmbio desigual, investindo sobre a aplicação mecânica da teoria das vantagens comparativas ao funcionamento da economia mundial. Com relação ao intercâmbio entre os produtores de matérias-primas e produtos agrícolas e os produtores de manufaturas, ele mostrava que a tendência histórica era no sentido de um intercâmbio desfavorável para os produtores de matérias-primas e produtos agrícolas. No primeiro momento, Prebisch focaliza essa deterioração nos termos do intercâmbio ao apelar para a lei de Engels, que mostrava que os setores sociais de renda mais alta tendiam a estabilizar o seu consumo de produtos agrícolas de alimentação. Apelava também para as mudanças tecnológicas que reduziam a demanda de matérias-primas tradicionais na indústria de pós-guerra. Ambas alterações no consumo refletiam-se no sentido de restringir o preço ao restringir a demanda dos produtos agrícolas e matérias-primas, produzindo então uma tendência à deterioração dos termos de intercâmbio, tendência que seria já de caráter secular.

Posteriormente, Prebisch vai discutir a distribuição dos frutos do progresso técnico a nível internacional, para mostrar os bloqueios que se opunham à difusão do progresso tecnológico a nível mundial. Começa então a construir a idéia de um sistema econômico mundial, onde havia um centro e uma periferia: um centro criador de tecnologia, produtor de produtos industriais e manufaturas, e uma periferia fundamentalmente agrícola e mineira, produtora de matérias-primas, sem uma tecnologia própria no setor industrial, e dependente da

importação dessas tecnologias, para a qual se estabeleciam fortes bloqueios dentro do comércio mundial.

A obra de Prebisch, no princípio, estava orientada para a busca de mecanismos de desenvolvimento econômico que reduzissem ou destruíssem esses obstáculos para que se pudesse absorver os frutos do progresso técnico nos países subdesenvolvidos. Porém, a evolução da América Latina na década de 50 e 60 vai mostrar a Prebisch a necessidade de uma atuação mais ampla, da criação de instrumentos de defesa dos preços dos produtos primários dos quais dependiam os países exportadores. Esta constatação o conduz à formulação da proposta da UNCTAD, fundada em 1964, onde ele ocupará a posição de secretário-geral.

Contudo, a experiência da UNCTAD não se mostra suficiente para alterar a relação entre os países dependentes ou periféricos e os países centrais, mesmo quando o mecanismo de cartel foi aplicado com certo êxito ao caso do petróleo na década de 70. Há uma perda dos grandes excedentes financeiros gerados pelo aumento do preço do petróleo, através da reciclagem dos petrodólares, manejada pelos grandes bancos internacionais. A plethora de recursos financeiros disponíveis levou ao endividamento dos países não petroleiros e muitas vezes também aos países petroleiros convencidos a meterem-se em mirabolantes planos de investimento para aproveitar o dinheiro fácil. O resultado já se podia ver no fim da década de 70. Em certas regiões como a América Latina uma industrialização concentradora e excluyente acentuou as dificuldades da região, levando à dramática crise do endividamento externo na década de 80. Prebisch já antevia toda esta evolução.

Esta realidade havia levado ao surgimento da teoria da dependência e à crítica ao esquema original da Cepal. Ela tinha em conta o horizonte político da Revolução Cubana que conseguira resolver uma série de problemas sociais da região, que outros países com grande avanços industriais não conseguiam fazer. Tudo isso afeta ao já idoso Prebisch e o conduz a uma reflexão muito profunda sobre toda essa realidade, que se manifesta através de seus artigos na revista da Cepal. O produto dessa reflexão será o seu livro Capitalismo Periférico - Crise e Transformação, publicado pela editora mexicana Fondo de Cultura Económica em 1981, no qual vai assumir uma posição crítica do sistema capitalista periférico. Ele inicia este livro com a seguinte afirmação:

"Depois de uma longa observação dos fatos e muita reflexão, convenci-me de que as grandes falhas do desenvolvimento latino-americano carecem de solução dentro do sistema prevalecente. É necessário transformá-lo."

E continua:

"Muito sérias são as contradições que nele se apresentam. Prosperidade e às vezes opulência num extremo, persistente pobreza no outro. É um sistema excluente."

Depois de constatar que, apesar das elevadas taxas de crescimento, apesar de romper o limite da exportação dos produtos agrícolas e mineiros e iniciar inclusive a exportação de produtos industriais, apesar de um certo grau de avanço tecnológico, especialmente na agricultura tradicional, mas inclusive em tecnologias mais sofisticadas, apesar de tudo isso, ele conclui:

"Mas o desenvolvimento se extraviou do ponto de vista social, e grande parte dessas energias vitais do sistema se malogram para o bem-estar coletivo. Tratam-se de falhas do capitalismo imitativo e se está desvanecendo o mito de que poderíamos desenvolver-nos à imagem e semelhança dos centros, e também o mito da expansão econômica do capitalismo na órbita planetária. O capitalismo desenvolvido é essencialmente centrípeto, absorvente e dominante, expande-se para aproveitar-se da periferia, mas não para desenvolvê-la. Muito séria contradição do sistema mundial."

Assim, Prebisch chega a uma postura extremamente crítica a respeito do sistema econômico mundial e das expectativas da sua evolução passando para a perspectiva de uma proposta alternativa e crítica, que se expressa mais claramente na sua crítica às teorias neoclássicas das quais partiu, nas quais se formou e com as quais tentou enfrentar os problemas do desenvolvimento econômico. Ele afirma, depois:

"Essas contradições mal poderiam ser explicadas acudindo às teorias neoclássicas. Ignora-se as teorias da estrutura social e a diversidade de elementos que se conjugam no desenvolvimento, ademais dos econômicos. Persuadi-me da impossibilidade de explicar o desenvolvimento e, portanto, a distribuição da renda no marco de uma mera teoria econômica."

E continua ele:

"Mas isso não é tudo. Ademais de prescindir de elementos fundamentais da realidade, as teorias neoclássicas sustentam que, se se deixa atuar livremente as leis do mercado, sem interferência alguma do Estado, o sistema tende a um equilíbrio em que a distribuição da renda corresponderia ao aporte de cada um no processo produtivo, nada mais distante do funcionamento do capitalismo periférico."

Talvez seja interessante acompanhá-lo mais ainda nessa contundente crítica:

"As teorias neoclássicas invocam o mercado como mecanismo espontâneo de assiguação do capital e demais recursos produtivos, em função da demanda e sempre que a competição funcione corretamente. Mas essa demanda provém de uma certa distribuição da renda, que exige, por sua vez, de uma determinada estrutura social e das relações de poder que derivam dela e suas mutações. E já dissemos que essa distribuição é muito desigual e deixa, além disso, à margem do desenvolvimento uma parte considerável da população."

Sua argumentação continua no sentido de mostrar, definitivamente, os limites do mercado, não só para assignar os recursos, mas também para assignar as rendas, particularmente na condição dos países periféricos, onde os fenômenos monopólicos são resgatados por Prebisch na sua grande influência sobre a vida econômica dessas regiões, sem ter para contrabalançá-los os movimentos sindicais, as organizações políticas ou mesmo os movimentos de consumidores. Identifica esse capital monopólico com a penetração das corporações transnacionais, que trazem não só essas relações monopólicas ou oligopólicas, seus efeitos sobre a distribuição da renda e sobre o funcionamento da economia em seu conjunto, como também as relações de dependência que ele abertamente aceita, mostrando-se extremamente sensível ao pensamento econômico da década de 60 e 70.

Este encontro de Prebisch com a obra crítica da década de 60 e 70 (que criticava inclusive grande parte das suas conclusões e a sua visão sobre a potencialidade de um desenvolvimento capitalista autônomo na região), representa um grande momento do pensamento latino-americano. De certa forma, podemos encontrar uma evolução similar em outros pensadores a ele ligados como Celso Furtado e Anibal Pinto, que vão desenvolvendo mais e mais esta visão de um sistema econômico internacional. Osvaldo Sunkel produz também uma literatura muito importante nesta mesma direção, o que representa uma contribuição inegável à formulação de uma teoria do sistema mundial, que lança luz sobre o caráter desse

sistema econômico mundial, basicamente dentro da imagem das relações entre centro e periferia.

Porém, as fontes mais diretas para a concepção desse sistema mundial estão no esforço realizado pela teoria da dependência, na segunda metade da década de 60, que segue um caminho de crítica às concepções do desenvolvimento econômico como um processo de transformação de economias pré-capitalistas em economias capitalistas, com sistemas de democracia parlamentar ou democracia representativa e relações sociais de tipo racional adequadas ao comportamento econômico capitalista. Tal era o paradigma da teoria da modernização que influenciava fortemente o pensamento sobre o desenvolvimento.

Esta visão era o resultado normal de um enfoque que via a formação histórica do capitalismo como um sistema econômico e social superior, que dava origem a uma civilização superior. Era difícil ocultar esta filosofia da história que tem sua origem no iluminismo servindo de marco de referência a conceitos que se apresentavam como a-históricos e a-valorativos. O desenvolvimento era o mecanismo pelo qual se incorporava a esse processo civilizatório o conjunto da humanidade. Nisto se resumia o modelo difusionista que partia de um modelo ideal da modernidade para estudar em seguida sua difusão a nível mundial. Esta visão era comum a autores como Max Weber, Durkheim e, de certa forma, ao próprio Marx. Entre estes modelos se salientava o econômico em todas as escolas de pensamento. Todos estes pensadores viam no comportamento liberal a forma mais racional de lograr o equilíbrio, a eficácia e o funcionamento adequado dos fatores econômicos, capaz de realizar a atribuição racional dos recursos naturais e humanos a nível nacional e mundial através do papel regulador das vantagens comparativas.

Esta visão orientou em grande parte o debate sobre a teoria do desenvolvimento no pós-guerra, quando se entendia por desenvolvimento o processo de transformação de economias pré-capitalistas em economias capitalistas. O pensamento de Prebisch e dos demais pensadores da CEPAL estava inscrito neste marco, na sua fase inicial entre os anos 50 e 60, quando o objetivo central era romper os obstáculos nacionais e internacionais que inviabilizavam o desenvolvimento econômico, inviabilizando, portanto, a passagem para uma economia capitalista, "para a captação dos frutos do progresso tecnológico", como ele e outros autores nesse período colocavam.

O elemento radicalmente novo que a teoria da dependência vai trazer é o de mostrar que esta idéia de refazer o caminho do desenvolvimento econômico que havia sido realizado pelas nações européias, pelos EUA e pelo Japão era impossível de ser repetido porque a

conformação do subdesenvolvimento nas economias latino-americanas e, da mesma forma, na Ásia e na África, não era simplesmente um resultado de conservação de economias pré-capitalistas, mas sim um resultado da forma como essas economias foram integradas na economia mundial.

Claro que todos sabíamos que ninguém poderia explicar a história da África moderna sem a escravidão e sem o impacto da escravidão sobre suas estruturas econômico-sociais. Claro que todos sabemos que não poderíamos explicar a história da América Latina sem o impacto dos chamados descobrimentos marítimos, sem a introdução de economias exportadoras nestas novas regiões, objeto de uma conquista avassaladora, sem a criação de um sistema de exploração mineira, extrativa e agrícola cujo principal objetivo era a exportação para a Europa. Não devemos nos esquecer também que a superioridade tecnológica na navegação e nas técnicas do comércio longínquo permitiu a Portugal (e depois à Inglaterra) controlar o comércio de ouro e outros produtos entre a China e o Japão e outros comércios locais. Claro que não é possível compreender a evolução recente da Ásia sem pensar no fenômeno colonial inglês que se impôs sobre a Índia, destruindo toda a sua estrutura manufatureira tradicional. Claro que não podemos compreender a história da China moderna sem considerar as tentativas de dominação econômica da China, seja pelo Ocidente, seja pelo Japão, quando ela emerge do seu faustoso passado pré-capitalista através das reformas democráticas e da instalação da república.

Enfim, este conjunto imenso de países que formam o que se chamou de Terceiro Mundo, numa alusão significativa ao Terceiro Estado da França pré-revolucionária, não podia ser compreendido simplesmente como economias pré-capitalistas a se integrarem no mundo desenvolvido. De fato, a sua conformação atual, começou a desenhar-se a partir do século XVI, quando as mais diversificadas economias locais se enfrentaram com a expansão do capitalismo na economia mundial, e criaram-se, numa boa parte desses países, economias exportadoras voltadas para atender o consumo da economia européia. Estas novas economias tinham seu comportamento determinado por esta nova demanda internacional. Em consequência elas tendiam de um lado a destruir, e de outro a preservar as antigas economias de auto-suficiência, tribais, familiares ou comunitárias que antes predominavam em todo o mundo. Se é verdade que o capitalismo não logrou substituir imediatamente essas economias locais ou regionais ele rompeu desde então sua virgindade e fê-las ingressar na lógica do mercado mundial.

Era preciso tirar as consequências teóricas desses conhecimentos históricos que estavam pessimamente tratados pela forte influência da visão modernizadora, da idéia simplesmente da ação do processo civilizatório gerado no ocidente europeu e norte-americano sobre esses países. A obra de Andre Gunder Frank vai representar um papel extremamente positivo na crítica a esta

ideologia convertida em sabedoria e ciência inatacáveis. Vindo da tradição anglo-saxônica da antropologia, contra a qual começa a desenvolver uma postura crítica; vindo da famigerada escola de economia altamente conservadora de Chicago, contra a qual também já começara a desenvolver uma dura crítica, reforçada pelos argumentos oferecidos por Paul Baran (1957), André Gunder Frank vai encontrar na América Latina o ambiente ideal para exercer sua verve de crítico impiedoso dos seus pares.

Andre Gunder Frank entra em contato com a efervescência intelectual latino-americana da década de 60 e propõe, de imediato, que o debate travado na região assumira um caráter mais global sobre o processo de desenvolvimento a nível mundial, cumprindo um papel motivador extremamente positivo na evolução do pensamento da região, rompendo em parte com seu provincianismo. Seus primeiros ensaios de análise destas questões empíricas e metodológicas são objeto de críticas devido a uma excessiva simplificação de sua parte. Ao tentar descrever o sistema mundial, que ligava economias dominantes e economias dependentes, como um sistema hierárquico de polos sucessivamente articulados, Frank parte de um polo central que extrai excedente de polos regionais que iam absorvendo o excedente econômico até as mais distantes regiões da América Latina, num círculo concêntrico de exploração de excedente. Frank buscou descrever assim os mecanismos pelos quais se captava os excedentes locais para levá-lo até as economias centrais.

Essa visão pareceu simplista ao pensamento econômico latino-americano, apesar de próxima à obra de François Perroux que também já havia formulado a noção de relações de dependência a partir da idéia dos polos de crescimentos. Mas Perroux insistia no caráter criador de crescimento desses polos industriais, chegando a propô-los como metodologia de crescimento econômico. Por outro lado, Frank destacava na sua noção de polos, única e exclusivamente a função de extrator de excedentes. Ele também mostrava que esse sistema se criara historicamente a partir das conquistas e da expansão da economia européia e o via como um sistema que havia se mantido permanentemente, na sua essência, desde o período colonial até o período presente. Eu mesmo realizei as minhas críticas a Frank (1967) sem deixar de reconhecer sua contribuição à crítica do pensamento modernizador.

As críticas a Frank foram muito duras, sobretudo neste aspecto. Porém, não se podia deixar de aceitar, primeiro, a sua afirmação de que não havia uma economia feudal na América Latina, no que ele se inspirava na obra de economistas brasileiros como Roberto Simonsen e Caio Prado Junior, na do argentino Sergio Bagu e na do chileno Luis Vitale, que haviam já feito uma forte crítica à concepção de economias pré-capitalistas ou feudais. Frank vai extremar a sua argumentação ao caracterizar as economias coloniais latino-ameiricanas como economias

capitalistas coloniais. Ele as via, já nesta época, como parte desse sistema capitalista mundial que ele descreverá posteriormente como se formando no século XVI. Posteriormente, ele levará muito mais atrás as origens do sistema mundial, como veremos. O resíduo que ficou disso tudo é a afirmação de que não houve um regime feudal na região e de que era preciso analisá-la de acordo com as especificidades históricas que colocavam o regime colonial dentro da expansão do capitalismo comercial, visto sobretudo como um regime exportador de excedentes.

Uma terceira contribuição de Frank foi a afirmação da necessidade de repensar a história econômica mundial como a história da expansão do capitalismo mundial na qual se insere a formação das economias dependentes. Este tipo de enfoque fazia já parte da tradição dos historiadores da América Latina. Ela se mostrava sobretudo nos estudos que associavam a formação colonial latino-americana à expansão do capitalismo mercantil europeu e à formação de uma economia capitalista mercantil a nível mundial.

A contribuição de Frank foi extremamente debatida e causou um frenesi. Ela foi também um dos antecedentes de um esforço teórico que se desenvolveu paralelamente, muitas vezes em contato com ele. Este é o caso do esforço teórico de Fernando Henrique Cardoso, que ensaiava a elaboração de uma tipologia da dependência na sua gestão no ILPES (órgão de estudos econômico-sociais dependente da CEPAL), no grupo de leitura de O Capital, que ele animava junto comigo e outros em Santiago do Chile. Também no CESO criei a equipe de pesquisa sobre dependência cujos trabalhos consolidaram uma tendência que com Rui Mauro Marini e Vania Bambirra vai ser caracterizado como a ala mais radical da chamada escola da teoria da dependência.

Buscávamos compreender a evolução do capitalismo dependente no contexto de uma economia mundial, mostrando que as mudanças que ocorriam na formação de uma nova dependência na América Latina estavam ligadas às mudanças que ocorriam no centro do sistema, particularmente nos Estados Unidos. Chamávamos a atenção, em primeiro lugar, para a formação de uma economia capitalista integrada a nível mundial. Esta tese tinha antecedentes importantes que vinham desde os debates dos anos 20 na Alemanha com a obra do grupo da política operária que produziu, depois da Segunda Guerra Mundial, esta interpretação de uma integração do sistema capitalista mundial. Esta visão reaparece agora na América Latina em torno dos trabalhos de Silvio Frondizi sobre a formação de um sistema capitalista integrado a nível mundial no fim da década de 50, e em torno do nosso grupo que recuperava a obra de Bukarin, além das obras de Lenin, Hilferding e Rosa de Luxemburgo. Procurávamos repensar essa economia mundial de pós-guerra como uma economia integrada, em parte, diante do aparecimento de um campo socialista, que reforçava a tendência a integração dentro do campo

capitalista. Mas víamos a economia mundial como uma economia capitalista, sob a hegemonia norte-americana e entendíamos a limitação intrínseca do "socialismo numa só região" que exigia compreender o campo socialista como parte dessa economia mundial capitalista, que determinava suas características essenciais.

Foi sob esta orientação que realizei os meus estudos sobre a nova dependência e o processo de industrialização baseado no capital estrangeiro, que gerava uma nova fase da dependência econômica na qual o investimento externo se voltava, na América Latina, para o setor industrial dirigido inicialmente para o mercado interno. Mas chamávamos a atenção para a tendência deste mercado a manter-se reduzido como consequência da ausência de reformas essenciais à criação dos mercados modernos como a reforma agrária. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento industrial se fazia na fase do monopólio capitalista mundial integrado, sob a forma das empresas multinacionais. Esta economia industrial surgia, assim, em mercados altamente monopolizados, concentrados e centralizados com implicações dramáticas sobre a distribuição da renda. Tudo isto levava a estabelecer sérios limites à expansão destes mercados. Daí se derivava a necessidade desse sistema mundial, cujas células eram as corporações multinacionais, a buscar de maneira inevitável uma saída pela via da exportação de produtos industriais para os seus próprios mercados centrais. Esta política encontrava-se com duas tendências nos países centrais: a busca de um espaço social e de meio ambiente de mais alta qualidade de vida, no qual a produção industrial aparece como o vestígio de um passado já superado pela nova civilização do conhecimento e da informação; de outro lado, o interesse dos capitalistas em utilizar a mão-de-obra barata disponível em escala mundial para elevar sua taxa média de lucro muito comprometida pelo aumento salarial e do nível de vida das populações assalariadas dos países desenvolvidos centrais.

Criavam-se, assim, as condições para uma nova divisão internacional do trabalho, que se articulava com as tendências da evolução do desenvolvimento científico e tecnológico em escala mundial. No final da década de 60 anunciávamos esta evolução no sentido de especificar nos meus estudos sobre o novo caráter da dependência (1967, 1969, 1971) a emergência das novas economias industriais dependentes; nos trabalhos de Marini sobre o surgimento do capital financeiro nestas potências médias, do subimperialismo e da sobre-exploração (1967), na formulação da tipologia dos países latino-americanos, em função dos modelos de industrialização e de reprodução dependente realizada por Vania Bambirra (1970); nos estudos sobre o papel hegemônico do movimento de capitais para a explicação das relações de dependência, em Caputo e Pizarro (1970); na acentuação do papel hegemônico das agro-indústrias na reorganização da economia agrícola das economias dependentes, nos trabalhos de Arroyo e Lajo.

Enfim, podemos afirmar que mudamos o eixo das pesquisas e das análises dos fenômenos estudados pela teoria do desenvolvimento, integrando a problemática da marginalidade, das novas estruturas de classe e dos novos movimentos sociais. Tudo isto se reflete muito bem no livro de Kay (1989) que analisa com competência e cuidado os temas-chaves que foram postos na ordem do dia neste período dentro do Centro de Estudos Socio-Econômicos que dirigi e num conjunto de instituições muito importantes para configurar esta nova temática. Entre os novos conceitos colocados na pauta científica pelo pensamento latino-americano deste período, Kay distingue o sistema centro-periferia, a categoria da dependência, a análise estruturalista da inflação, o colonialismo interno que vinculava etnia e classe social, à marginalidade como relações sociais e como efeito da acumulação de capital no capitalismo dependente, o debate sobre reformismo e revolução, etc.(3).

Neste momento autores como Aníbal Quijano e eu mesmo (1976) já buscávamos na teoria da revolução científico-técnica um marco de referência para analisar as condições do mercado de trabalho latino-americano, marcado pela adoção de novas tecnologias altamente sofisticadas cuja capacidade de geração de emprego já se anunciava extremamente limitada. Esta nova fase do desenvolvimento econômico caracterizada pela nova dependência levava portanto ao subemprego e à marginalidade, que passava a acompanhar o avanço de uma economia industrial moderna na América Latina, e nos países dependentes em geral. Tendência ainda mais grave na medida em que a dissolução das economias de caráter natural, de alto consumo, liberavam a mão-de-obra de outras regiões para centros urbanos sem, no entanto, lograr integrá-la no sistema produtivo.

Essa lógica que começávamos a analisar mostrava os limites do chamado desenvolvimento capitalista dependente. Insistimos, então, de que se tratava de um desenvolvimento capitalista dentro da situação de dependência, e que levava a uma lógica econômica totalmente distinta daquela que havia prevalecido nos países capitalistas centrais. Essa afirmação levava à constatação, sobretudo de minha parte, da contradição entre essa acumulação capitalista dependente e o processo democrático. Ela exigia uma alta taxa de exploração da força de trabalho, uma forte concentração econômica, uma intensa centralização de capital que visavam compensar em parte a exportação de grande parte do excedente econômico para o exterior. Estas tendências tornavam-se, no seu conjunto, absolutamente incompatíveis com um crescimento econômico distributivo e uma democratização seja no plano social ou seja no plano político. O conteúdo excludente e marginalizador deste modelo de crescimento econômico fazia-se, assim, evidente, e com ele a necessidade de um regime de força que pudesse conter as reações das classes sociais por ele prejudicadas. Este modelo

bloqueava definitivamente as ambições tanto do capitalismo nacional como das forças proletárias emergentes com o desenvolvimento do setor industrial, que passavam a liderar uma proposta de crescimento econômico e desenvolvimento econômico cada vez mais incompatível com essa forma de integração dependente dessas economias na economia mundial.

Era neste contexto que anunciávamos o dilema entre fascismo e socialismo como um marco histórico na evolução política da América Latina, tese que se confirmou pelos golpes de Estado na Bolívia, no Uruguai, no Chile e na Argentina, todos eles de conteúdo fascista, o que vai se definindo a cada novo golpe. Ao mesmo tempo, em 1968, radicalizava-se o golpe de Estado brasileiro que assumiu também um conteúdo fascista bem marcado até 1973. Mas, como mostrávamos, esse fascismo tinha uma limitação intrínseca: o conteúdo anti-nacional do modelo econômica que ele era chamado a viabilizar entrava em contradição com as forças pequeno-burguesas que o sustentavam politicamente ao lado da estrutura tecnocrática e burocrática tanto militar como civil, que era a mediadora principal desse processo de instauração de um regime de força e de terror sobre as populações e os setores político nacional-democráticos e socializantes.

Formava-se, então, a tríade entre o setor do capital internacional e seus representantes nacionais, o capital estatal e seus representantes na burocracia e na tecnocracia, e as forças populares que postulavam um tipo de crescimento diferente, num processo contínuo de relação com essas duas outras grandes forças, mas propondo alianças. Porém, estas forças populares viam-se cada vez mais órfãs de qualquer apoio de outros setores sociais e, portanto, cada vez mais, obrigadas a formular um projeto próprio, um projeto dessas forças populares e essencialmente, portanto, um projeto socialista.

Essa análise, que influenciou muitos autores, foi confirmada pela evolução histórica da região e mostrava, mais uma vez, que a compreensão dessas realidades nacionais passava pela compreensão da evolução do sistema econômico mundial. Isso foi o que nos levou à análise desse sistema econômico mundial, do papel das empresas multinacionais nesse sistema e do caráter de integração econômica mundial que ele assumia, além das contradições inter-imperialistas crescentes que se desenvolviam no interior desse processo de integração. Retomávamos a teoria das ondas longas para explicar esta tendência à integração nas fases de crescimento e desintegração nas fases de decréscimo dos ciclos longos. Isto indicava, portanto, que as confrontações interimperialistas deveriam crescer nas décadas de 70 e 80.

Esses elementos foram a base do meu livro *La Crisis Norte Americana y América Latina*, que juntamente com *Imperialismo y Corporaciones Multinacionales* e *Dependência e*

Mudança Social na América Latina, servirão de base para a redação do livro Imperialismo y Dependencia, publicado em 1978, que traz uma visão de conjunto dessas mudanças ocorridas entre 1969 e 1970. Também Frank avança nessa direção através do seu estudo da acumulação primitiva européia entre o século XVI e século XVIII. Em 1969, na reunião de Dakar, no Senegal, todo esse esforço vai se encontrar com a elaboração teórica de Samir Amin, que estava produzindo seu livro sobre a acumulação em escala mundial. Enquanto isso, Frank partia também para o estudo das ondas longas e a tentativa de compreensão da crise capitalista contemporânea, que ele vai desenvolver em toda década de 70 e 80, tanto nos países dominantes como nos países do Terceiro Mundo e nos países socialistas. Já Immanuel Wallerstein partia da análise da realidade africana, junto com Giovanni Arrighi e outros especialistas na região. Começava também a colocar a necessidade de uma revisão crítica da formação do capitalismo contemporâneo, esforçando-se na criação de uma obra de caráter monumental, que vem se desenvolvendo desde a década de 70 até nossos dias, sobre a constituição do moderno sistema mundo. Neste trabalho ele procurou compreender a formação desse sistema mundo, inspirando-se na obra de Fernand Braudel.

Vemos que a constituição de uma teoria do sistema econômico mundial vem de várias direções e vai encontrar, inegavelmente, na obra de Immanuel Wallerstein o seu momento mais elaborado. São muitos os testemunhos neste sentido. Andre Gunder Frank (1993) situa este momento em 1973 no Chile quando terminou, no CESO, seu estudo sobre a acumulação em escala mundial e a América Latina (1974), quando Samir Amin terminava seu livro sobre a acumulação em escala mundial (1974) e quando terminava de ler o manuscrito de Immanuel Wallerstein (1974). Frank faz uma reflexão posteriormente na qual também me inclui nesta mesma perspectiva quando afirma que: "Dos Santos também disse que nós (do Terceiro Mundo) também tínhamos que estudar por nós mesmos todo o sistema e continuar a escrever sobre o imperialismo americano contemporâneo". Ele se refere ao meu livro sobre a crise norte-americana e América Latina (1971) onde retomei a análise das ondas longas.

É preciso situar neste momento também os livros de Mandel (1974) sobre O Capitalismo Tardio, o de Christian Palloix (1974) sobre O Capitalismo Mundial e as Corporações Multinacionais, o de Albert Michalet (1976) sobre a economia mundial. Creio, enfim, que amadurece neste momento uma consciência generalizada sobre a necessidade de mudar de enfoque. Consciência que vem junto com uma afirmação política do Terceiro Mundo no momento em que a OPEP se constitui e vai realizar o aumento do preço do petróleo. Várias iniciativas vão se desenvolver nas Nações Unidas (como a Carta de Direito dos Povos) e no Movimento dos Não-Alinhados, além de processos revolucionários vitoriosos de grande dimensão como o chileno, o ascenso dos regimes populares nos países do bloco andino, o

triunfo da Revolução dos Cravos em Portugal e a descolonização na África, particularmente a Portuguesa, mas sobretudo a derrota dos Estados Unidos no Vietnam.

James Petras (1982), por exemplo, afirma:

"A teoria do sistema mundo (assim designada por um dos seus mais importantes elaboradores, Immanuel Wallerstein) deriva-se da herança intelectual fundada na crítica da perspectiva desenvolvimentista da economia política liberal. Esta crítica foi articulada na obra de Paul Baran (1957), Frank (1967, 1969), Theotônio Dos Santos (1971) e outros teóricos da dependência (para um resumo recente e um esforço de defesa da perspectiva da dependência, veja-se Cardoso, 1977). Recentemente, o enfoque da dependência alcançou um novo status com a atenção dada às teses da troca desigual de Arghiri Emmanuel (1972), a discussão de Samir Amin (1974) sobre a "acumulação de capital em escala mundial" e pela interpretação histórica de Immanuel Wallerstein (1974, 1976) da emergência de uma única economia mundial capitalista". (p. 148).

As críticas de Petras a nosso enfoque não nos ajuda a avançar pois ela insiste, de uma maneira injusta, na incompatibilidade entre as teorias da dependência e do sistema mundo e a análise de classe a nível mundial e sobretudo nacional. Nosso esforço teórico nasce da análise de classe a nível nacional para compreender a necessidade de integrá-la num plano planetário. Sem ignorar, contudo, que a formação das burguesias européias e norte-americana são também fenômenos articulados com a emergência do mercado mundial capitalista. Um outro testemunho significativo seria o do coreano Alvin Y. So (1990) que afirma:

"De fato Wallerstein incluiu os conceitos de Frank, Dos Santos e Amin como parte de sua perspectiva do sistema mundo apoiado no fato de que estes conceitos têm em comum uma crítica tanto da escola da modernização como da perspectiva marxista do desenvolvimento."

Adrian Leftwich afirma também:

"As principais fontes e ímpeto deste enfoque sobre a dependência está nos estudos latino-americanos (Frank, Cardoso e Faletto, Dos Santos) mas ele se espalhou pelos estudos africanos e asiáticos (Rodney, Harris, Bagchi). Eles se cruzaram e fundiram com as teorias do 'sistema mundo', as relações

'centro-periferia' e a 'troca desigual' associados com a obra de Immanuel Wallerstein, Samir Amin e A. Emmanuel."

Podíamos dar muitos outros exemplos deste consenso na recente história das idéias sociais mas seria muito repetitivo. De fato, meu trabalho se inscreve mais e mais nessa linha de interpretação que desejo discutir mais em detalhe através de uma análise da visão de Immanuel Wallerstein do sistema econômico mundial.

Bibliografia

1 – Adolfo Gurrieri, La obra de Prebisch en la CEPAL, Tomo I y II , El Trimestre Económico, México, 1982.

2 – Theotonio Dos Santos, World Economic System: On the Genesis of a Concept, Journal of World-System Research, VI,2, SUMMER/FALL, 2000, 456-477.
Special Issue: Frstchrift for Immanuel Wallerstein – Part. I – II.

3 – Francisco López Segrera, Los Retos de la Globalización – Ensayos en homenaje a Theotonio Dos Santos, Tomo I y II, UNESCO – Caracas, 1998.

4 – Samir Amin, Pensée sociale critique pour le XXI^e siècle, Forum du Tiers-Monde, L’Harmattan, France, 2003.

5 – Sing C. Chew and Robert A. Denemark, Essays in Honor of Andre Gunder Frank – The Underdevelopment of Development, Part. II, SAGE Publications, Inc., USA, 1996.